

CAPÍTULO XXII

A Inflação

Estamos descrevendo a economia brasileira como um padrão de acumulação teoricamente em equilíbrio — o modelo de subdesenvolvimento industrializado — que, a partir da contradição básica nele implícita, se traduz em uma somatória de desequilíbrios. Dividimos os desequilíbrios em estruturais: desequilíbrio entre lucros e salário, entre o setor monopolista e o competitivo, entre as regiões do país, entre a agricultura e a indústria; e desequilíbrios dinâmicos: desequilíbrio macroeconômico entre demanda e oferta agregada provocando ciclos, desequilíbrio externo, desequilíbrio financeiro.

A inflação seria um quarto desequilíbrio dinâmico a ser citado, mas prefiro considerá-la, mais do que isso, o reflexo de todos os desequilíbrios.

A inflação é o processo de aumento continuado e geral de preços através do tempo. É um fenômeno universal, que se agravou nos últimos anos, à medida que os mercados competitivos deixaram de funcionar e passaram a ser substituídos por mercados monopolistas e cartelizados não só a nível nacional, mas também a nível internacional, como é o caso do cartel da OPEP. No Brasil, conforme mostra o Quadro XVI, a inflação revelou uma tendência crescente, até 1980, quando (medida pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas) alcançou a taxa de 110,2%. Em 1981 uma forte recessão logrou reduzir a taxa de inflação.

A inflação está sempre associada ao aumento de quantidade de moeda em circulação. Se definirmos M como a quantidade de moeda; V como sendo a velocidade-renda da moeda, ou seja, o número de vezes que uma mesma moeda é em média utilizada em uma economia para que se possa produzir determinada renda nominal; e Y a renda nominal (ou seja, a renda real, deflacionada, Y , corrigida monetariamente através de

QUADRO XVI — *Inflação no Brasil*¹
(%)

<i>Quinquênios</i>	
1946 — 1950	11.4
1951 — 1955	16.6
1956 — 1960	24.7
1961 — 1965	59.9
1966 — 1970	25.4
1971 — 1975	22.7
1976 — 1980	60.5
<hr/>	
1971	19.7
1972	15.5
1973	15.7
1974	34.5
1975	29.2
1976	46.4
1977	38.8
1978	40.8
1979	77.2
1980	110.2

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, *Conjuntura Econômica*.

(1) Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna.

sua multiplicação pelo índice de preços ou índice de inflação, p), teremos que:

$$V = \frac{Y_p}{M}$$

A partir dessa definição da velocidade-renda chegamos imediatamente à chamada “equação de trocas”:

$$MV = Y_p$$

Esta equação de trocas é a base de qualquer teoria monetária. É uma equação indiscutível porque definicional. Definida a velocidade-renda da moeda, V, está definida automaticamente a equação de trocas.

É uma equação muito importante porque mostra que existem relações necessárias entre as suas quatro variáveis. Por exemplo, se aumenta p, mantidos constantes V e Y, M terá de aumentar.

A partir dessa equação de validade indiscutível, entretanto, os economistas neoclássicos, que também podemos chamar de monetaristas,

construíram uma teoria muito simples. Afirmaram que V é uma variável que tende a ser relativamente estável, já que depende dos hábitos econômicos da sociedade. Nesses termos o aumento de p , ou seja, a inflação, seria causado por um aumento de M maior do que o aumento de Y .

A quantidade de moeda aumentaria mais do que a renda, porque os governantes, pressionados pela sociedade e procurando atender a todos, acabam realizando gastos governamentais maiores do que a receita do Governo, resultando em déficit orçamentário a ser coberto por emissões de moeda; ou então porque o Governo, também pressionado pelas empresas, acaba permitindo que os bancos concedam empréstimos que se transformam em depósitos bancários (e, portanto, em criação de moeda) em um nível maior do que o aumento da produção nacional.

Não há dúvida de que a inflação pode ter esse tipo de causa. Especialmente quando os governos são politicamente fracos, sem representatividade, sem legitimidade, como acontece nos países subdesenvolvidos como o Brasil, é fácil entender que eles tendem a gastar ou a deixar que o volume de créditos aumente mais do que aumenta a renda. Chamemos a isto de inflação monetária.

Mas é preciso lembrar que a relação causal pode ser inversa. Pode acontecer que, por outros motivos, aumente p , haja a inflação e, em decorrência, o Governo seja obrigado a aumentar M , sancionando o aumento de preços.

O aumento de p anterior ao de M pode acontecer em três casos: a inflação de auge do ciclo econômico ou inflação keynesiana, a inflação estrutural e a inflação administrada.

Inflação keynesiana ou de auge econômico é aquela que ocorre quando, na fase mais alta da prosperidade, atingindo pleno emprego e plena capacidade, a demanda agregada continua maior que a oferta, pressionando os preços para cima.

A inflação estrutural, que foi analisada pelos economistas latino-americanos, especialmente por Ceiso Furtado, Oswaldo Sunkel e Anibal Pinto, ocorre quando, em determinados setores, a demanda cresce mais rapidamente que a oferta ou então a oferta diminui por algum acidente. Em conseqüência os preços sobem naquele setor. Se o mercado funcionasse bem, logo o problema seria resolvido, com importações, por exemplo, e o preço voltaria ao seu nível normal, em torno do valor da mercadoria. Como os mercados, nos países subdesenvolvidos, não são tão flexíveis, o aumento da oferta demora. Em conseqüência o preço permanece alto por um tempo suficientemente grande para obrigar os demais agentes econômicos a também aumentarem seus preços caso não queiram ter seus lucros ou seus salários diminuídos. Devido, portanto, a essa demora na

correção do desequilíbrio ocorre o efeito de propagação do aumento de preços.

Finalmente, a inflação administrada é aquela que decorre da capacidade que têm as empresas monopolistas ou oligopolistas (e também os sindicatos, nos países centrais) de aumentar suas margens e, portanto, seus preços mesmo que a demanda não esteja maior que a oferta. Quando uma empresa aumenta dessa forma, autonomamente, seus preços, o resultado é a propagação desse aumento de preços para os demais setores como uma medida de defesa. Caso contrário terão sua participação na renda diminuída. E está desencadeada a inflação. Temos também inflação administrada quando as empresas oligopolistas conseguem manter suas margens em uma situação recessiva na qual a redução da procura agregada deveria, em princípio, causar a redução das margens de lucro e, em consequência, dos preços. Neste caso a inflação administrada torna-se a principal responsável pela manutenção do patamar de inflação ao invés de contribuir para sua elevação.

Os quatro tipos de inflação podem perfeitamente conviver e se somar. É importante, entretanto, assinalar que a inflação administrada é o fato novo em matéria de inflação, é o fato historicamente novo porque o capitalismo monopolista e cartelizado da atualidade é um fenômeno relativamente recente e cada vez mais dominante.

Além disso, é preciso observar que a inflação administrada (também chamada impropriamente de inflação de custos) é a única inflação compatível com a estagflação, ou seja, com a combinação de estagnação econômica e inflação. Os outros três tipos de inflação são inflações de demanda, que ocorrem em períodos de prosperidade.

Ora, as taxas de inflação cresceram fortemente não apenas na economia brasileira, mas também em todo o mundo. Por outro lado, a estagflação é um fenômeno dos últimos vinte anos. No Brasil, ocorreu inicialmente na crise 1962-66, conforme Ignácio Rangel analisou de forma pioneira. É fácil, portanto, concluir que a inflação administrada é provavelmente a causa hoje mais atuante da inflação em todo o mundo e no Brasil em particular.

A inflação administrada pode ser responsável não apenas pela elevação das taxas de inflação, mas também, e principalmente, pela manutenção da taxa de inflação nos níveis ou patamares que forem sendo atingidos. Uma vez atingido determinado patamar de inflação, a administração de preços por parte das empresas torna extremamente difícil baixar esse patamar. Isto se deve à capacidade que as empresas têm de transferir integralmente seus aumentos de custos para os preços, mantendo intacta a margem de lucro, ou seja, a porcentagem de lucro sobre o custo. A taxa de inflação só pode começar a cair se algumas empresas forem levadas a

reduzir suas margens, seja em função das condições de mercado (recessão) ou do controle dos preços pelo Estado. A política de preços fundamental das empresas oligopolistas consiste exatamente em manter fixas suas margens de lucro, tornando assim extremamente rígida para baixo a taxa de inflação. A inflação administrada só é causa do aumento das taxas de inflação quando as empresas aumentam suas margens. Ela, entretanto, é sempre causa da manutenção dos patamares de inflação à medida que as empresas mantêm fixas suas margens de lucro.

Por outro lado, é preciso observar que a inflação monetária, que continua também a ser importante, pode ser entendida como um fenômeno exógeno, externo, portanto, ao sistema econômico. É como os monetaristas a vêem. Ou pode ser encarada como um processo endógeno, como um fenômeno que resulta das deficiências do controle da economia pelo mercado e das novas funções que o Estado foi obrigado ou pressionado a assumir na sociedade. Não há dúvida de que o grande crescimento da taxa inflacionária a partir de 1976 está relacionado com os crescentes déficits globais (considerado não apenas o orçamento fiscal que apresenta sempre um saldo artificial, mas também o orçamento monetário, onde estão colocados todos os subsídios à agricultura, às exportações etc.) do Governo Federal. De uma situação próxima do equilíbrio no início da década, esses déficits, em relação ao PIB, chegaram a 5,3% em 1978, 8,1% em 1979 e 7,3% em 1980.

Já vimos que houve mudança fundamental no papel do Estado no plano econômico. Estamos muito longe do Estado liberal, do Estado do *laissez-faire*. O Estado hoje é considerado por todos o principal responsável pelo bem-estar e pelo desenvolvimento do país. Ele é o Estado do Bem-Estar, responsável pelo consumo social, é o Estado Regulador, responsável pelo equilíbrio macroeconômico do sistema, é o Estado Produtor responsável pela taxa de acumulação de capital e o próprio desenvolvimento econômico.

Ora, um Estado com essas funções estará sempre necessariamente sendo pressionado para aumentar suas despesas sociais, ou subsidiar determinados setores considerados prioritários, ou aumentar as facilidades de crédito, ao mesmo tempo que é pressionado a não aumentar suas receitas provenientes de impostos com base em toda sorte de argumentos. O Estado é obrigado a compensar os prejuízos globais da economia que entra em crise, aumentando suas despesas, ou a compensar os prejuízos setoriais, concedendo subsídios. O déficit orçamentário é a consequência necessária disso tudo, e a inflação monetária ganha caráter de uma "inflação compensatória".

O Estado transforma-se, assim, parcialmente, em um órgão substitutivo do mercado, à medida que passa a ser um agente de redistribuição

(e geralmente de concentração) da renda. Ele está sendo sempre chamado para resolver os desequilíbrios, para resolver os problemas em todos os setores da economia. E ao procurar realizar essa tarefa ele cria novas distorções, novos desequilíbrios, que se resolvem em inflação.

A inflação torna-se assim um fenômeno intrínseco à economia brasileira. Uma forma, através da qual os grupos e classes sociais disputam a divisão da renda. A inflação em todos os casos é, em última análise, o resultado de uma luta distributiva. Quem tiver poder para subir mais e mais depressa do que os outros seus preços será o beneficiado, ganhará com a inflação. Os que elevarem seus preços, seus juros e seus salários e ordenados com atraso serão os perdedores. A inflação, em última análise, é uma luta pela apropriação do excedente econômico. No Brasil, em que o poder das diversas classes e frações de classe é tão díspar, a inflação tem sido basicamente um mecanismo de concentração de renda e mais especificamente uma forma de transferir renda para os grupos capitalistas ao mesmo tempo mais dinâmicos e com maior poder sobre o Estado. Foi sempre uma forma de transferir renda dos trabalhadores para os capitalistas. Em certos momentos, particularmente nos anos quarenta e cinquenta, foi uma forma de transferir excedente dos exportadores agrícolas para os industriais; nos anos setenta um dos setores mais beneficiados com a inflação foi o produtor de bens de capital, que recebeu tratamento prioritário e créditos subsidiados do Estado, mas muitos outros setores e empresas foram também beneficiados com empréstimos oficiais a taxas negativas de juro.

Como os desequilíbrios estruturais e dinâmicos da economia brasileira não são solucionados pelos mecanismos automáticos do mercado nem por métodos administrativos, via política econômica do Estado, eles encontram sua aparente solução ou sua válvula de escape na inflação, a qual tende a se acelerar quanto maiores forem os desequilíbrios e quanto maior for a insatisfação e o poder dos diversos grupos que compõem a sociedade — especialmente as grandes empresas monopolistas que possuem grande poder sobre o mercado — em relação à sua participação no excedente econômico.